

O Desenvolvimento local em comunidades piscatórias – desafios na qualificação dos recursos humanos

Luís DUARTE

Geógrafo, Técnico Superior da
ADEPE – Associação para o Desenvolvimento de Peniche
ld@netvisao.pt

É já um lugar comum dizer-se que a pesca está em crise. Que as comunidades piscatórias estão em recessão. Que a pesca não tem futuro.

Já não sendo um lugar tão comum, do desenvolvimento local muito se tem dito e escrito; experiências de sucesso, reflexão, doutrina, muito nos tem sido dado a conhecer pelos teóricos e os “praticantes” do desenvolvimento local.

É no encontro entre estes dois aspectos que a presente nota conflui. A pesca e as comunidades piscatórias são vistas (do ponto de vista mediático) sem a profundidade e a complexidade que lhe são devidas. Entendemos aqui que há lugar a uma fileira das pescas moderna, inovadora, sustentável, numa palavra, com futuro. A qual contribuirá, sem dúvida, para reforço da crise do modelo tradicional. Quanto ao desenvolvimento local, muito se fala de “coisas” e pouco de “pessoas”. São sempre os recursos patrimoniais, naturais, ambientais, paisagísticos... raramente são os recursos culturais (o que quer que isso seja), os humanos ou os técnicos.

Pois bem, é com base numa experiência de quase uma década ligado a uma associação de desenvolvimento local, instalada numa comunidade piscatória, que se irá desenvolver a presente reflexão. Uma reflexão de quem sente por dentro o problema, nas suas vertentes humana, psicossocial, burocrática ou administrativa. De quem reconhece que para chegar à concretização de uma boa ideia, a ideia é, às vezes, o que menos importa. De quem verifica que a complexidade do real está muito para além da síntese que dele consigamos fazer. O desafio é, assim, grandioso. Ainda mais em comunidades onde a condição social e cultural dominante contribui exactamente para... a não solução do problema!

Gostaria de começar esta nota citando parte do prefácio do Plano de Marketing Profissional elaborado pelo projecto Istmo¹. Este prefácio, embora assinado pelos

¹ Projecto Istmo – A Fileira das Pescas como Espaço de Novas Oportunidades, Plano de Marketing Profissional – a fileira das Pescas, Agosto de 2003, Peniche (policopiado).

promotores do projecto, foi na realidade redigido pelo Dr. Marcelo Vasconcelos, consultor do projecto e profundo conhecedor das matérias da pesca. Traduz, de uma forma que não está ao nosso alcance, a visão de partida para esta discussão.

“Desde tempos imemoriais, tanto quanto a memória dos homens pode recuar, as gentes do concelho de Peniche mantêm com o mar uma relação estreita, nele encontrando o sustento das suas famílias ou por eles demandando outras terras na procura de caminhos de maior prosperidade.

Recortada pelo mar e pelos ventos, a rocha desenhada a pique, na península que se projecta além da velha Peniche de Cima, com as suas estritas quebradas ou carreiras e as duas enseadas, é o testemunho vivo da longa história da vontade e coragem das nossas gentes, uma história feita de calmarias e de ventos rijo, de fartura de peixe e dias mais cinzentos.

Os tempos que se vivem são de mudança para uma outra forma de viver e de estar, onde o passado já não tem outro lugar que não seja o da lembrança de quanto os homens foram aprendendo com a entreatjada, mas também pela experiência sempre difícil de um viver à margem.

Temos nos nossos mares uma riqueza imensa, que oferece novas oportunidades a quem tenha a coragem de inovar e abrir novos caminhos: será a pesca tradicional, mas é também o turismo ligado à pesca, os safaris subaquáticos de observação e fotografia, o surfing, os sabores do mar, como serão, também, as nossas empresas ligadas ao mar, os produtos reveladores de inovação e de qualidade e a nossa capacidade de abertura de novos caminhos na construção naval. “

Nestas palavras sábias, verificamos um reconhecimento da nossa história, da nossa cultura e do potencial de permanente redescoberta do Mar como fonte de riqueza.

Mas, não é para apontar caminhos estratégicos alternativos à pesca tradicional que escrevemos estas linhas. Esses caminhos são até claros, simples de definir, sensatos e geralmente consensuais. O que nos interessa discutir é como os concretizar.

Concretizar estratégias remete-nos para quem as vá executar, em última instância as populações das comunidades piscatórias.

Por razões históricas e culturais estamos em presença de uma população, em geral, com baixos níveis de escolaridade e com uma baixa condição sócio-cultural. Muitas destas comunidades construíram-se com base em migrações internas (cf. Souto, 2003²) e assentaram economicamente nas pescas, actividade incerta

² Souto, Henrique, 2003, “Movimentos migratórios de populações marítimas portuguesas”, *GeolNova*, n.º 8, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, pp. 165-177.

nos rendimentos e notoriamente insegura e arriscada. Estas situações motivaram, nas comunidades piscatórias, a presença de um espírito pouco empreendedor, de uma cultura do imediato, de um espírito de culpabilização alheia.

De uma forma até provocatória, assinalaríamos as populações das comunidades piscatórias como:

- Sendo poucos escolarizadas
- Tendo projectos de vida incipientes e de curto prazo
- Denotando pouca exigência consigo próprio e com os seus
- Sábios utilizadores das soluções paliativas (mesmo que escassas) que o Estado-Providência põe ao seu dispor
- Pessimistas, acomodados e muito pouco empreendedores.

Cabe então perguntar: como proceder à mudança, como inovar e abrir novos caminhos. O que fazer?

Pondo de parte a provocação, vamos tentar sustentar algumas das opiniões³.

As taxas de desemprego nestas comunidades são mais do dobro das regiões envolventes. Dados informais, recolhidos junto do Centro de Emprego de Caldas da Rainha, indicam-nos que 40% a 45% dos desempregados aí inscritos são residentes no concelho de Peniche, sendo a maior parte oriundos da própria cidade. Aquele centro de emprego abrange uma área constituída pelos municípios de Caldas da Rainha, Óbidos e Bombarral. Não entrando aqui em “primores” estatísticos, Peniche representa, pelos Censos 2001, 27% da população residente destes 4 concelhos.

A procura de pessoas para os postos de trabalho que estas comunidades conseguem gerar (Restauração e Hotelaria, Pescas – sub-sectoros da captura e da transformação –, pequeno comércio a retalho) é quase um quebra-cabeças. Aliás, não admira a entrada recente, também aqui, de mão-de-obra imigrante como forma de suprir essas necessidades. Trata-se de uma redundância – elevadas taxas de desemprego coexistirem com elevadas necessidades de mão-de-obra – que é difícil combater (e que, historicamente, tem sido responsável, nos mais diversos países, por grandes movimentos migratórios).

O modelo instituído tem já tanto tempo que parece impossível de romper:

Um pescador tem contrato de trabalho por 11 meses; no 12º mês as embarcações param para manutenção e o trabalhador inscreve-se no Centro de Emprego. Depois, volta a “empregar-se”, no mesmo empregador, por sinal.

Um trabalhador na indústria das conservas tem contratos de 5 ou 6 meses, findos os quais fica desempregado. Normalmente, recebe o subsídio de desempre-

³ Por razões pessoais, o nosso texto baseia-se em Peniche, de onde vem a nossa experiência. Estão, no entanto, comprovadas similitudes com outras áreas que se dedicam à actividade piscatória.

go todos os meses a que tem direito e só depois é que procura de novo emprego, que acaba por ser, também geralmente, o velho emprego.

São situações que vêm de há longa data e que a todos parece agradar. Aos empregadores porque flexibilizam a sua mão-de-obra, aos trabalhadores porque conseguem ficar mais tempo de férias do que suposto⁴. Então, como promover o desenvolvimento local nestas situações?

Com um sentido empreendedor tão debilitado, o que esperar da iniciativa da população?

Já para não falar dos discursos oficiais, que sempre denotam grande preocupação porque a fábrica A ou a unidade B ameaçam encerrar e abandonar a Comunidade. Ainda bem! Entenda-se esse encerramento como uma oportunidade para a comunidade fazer por trilhar novos caminhos, caminhos mais modernos, caminhos com futuro. Grande parte dos melhores exemplos de desenvolvimento local ocorreu precisamente em situações em que a população foi confrontada com rupturas no modelo económico e social vigente.

Os desafios aqui atravessam naturalmente todos os sectores da comunidade:

Autarquias, associações de empresários, de desenvolvimento ou sindicais, empresas e movimento social / associativo / cívico.

O sucesso das intervenções resultará da dinâmica empreendedora posta por todos no terreno em conjunto e em articulação. O que se verifica, porém, é um dispêndio das energias na gestão do protagonismo pessoal, na querela política ou então no marasmo e na indiferença face à comunidade. Um certo sentido de pequenez, de quem mais nunca viu.

Precisamos de Autarquias mais empreendedoras, que olhem ao largo, pensem em qualificar o território, organizando-o e lavando-lhe a face (na degradação urbanística e ambiental não se respira saudavelmente). E que assumam compromissos efectivos no apoio ao empreendedorismo, nele invistam e dele façam “cavalos de batalha”.

Precisamos de empresas que sejam socialmente mais responsáveis, empresários que assumam o papel social e não apenas económico e que tenham uma postura prospectiva, assumam o investimento na inovação organizacional, na internacionalização e não apenas onde têm sido melhores... na especulação imobiliária.

Precisamos de associações mais dinâmicas, mais profissionais, capazes de arriscar mais nas iniciativas que empreendem, mas também com uma retaguarda

⁴ Não gostaríamos de ser mal interpretados nesta questão. Não estamos aqui a afirmar que todas as pessoas na comunidade piscatória agem desta forma. Estamos sim a dizer que esta é um comportamento comum a muitas destas pessoas. Não será fruto do acaso que grande parte dos cargos cívicos (associações, direcção de órgãos, etc.) seja assumida por pessoas não naturais desta comunidade, demonstrando que o espírito empreendedor é efectivamente escasso por aqui.

(assegurada eventualmente pela autarquia ou mesmo pelas empresas) capaz de lhes compensar as incertezas financeiras, mas ao mesmo tempo exigir-lhes resultados.

E precisamos de uma população que tenha objectivos de vida, tenha projectos, acredite que é capaz de ir mais além, não se acomode, não se conforme com o seu triste fado. Que queira lutar!

Não nos vamos por em papéis alheios.

Vamos então discutir o que pode estar ao alcance de uma associação de desenvolvimento local no contributo para a sustentabilidade com qualidade de uma comunidade piscatória.

Neste cenário, contribuir para o desenvolvimento é, antes de mais, combater a exclusão social e contribuir para a empregabilidade e o empreendedorismo. Tudo acções com pouca visibilidade mediática, muito trabalho de bastidores e resultados a longo e a muito longo prazo. E além do mais, inalcançáveis isoladamente, pois resultados nestas áreas só através de acção conjunta; as tão faladas parcerias, que do papel à prática distam quase o impossível. Numa pequena comunidade, mais ainda, se compete pelos protagonismos, donde as alianças são sempre mais de ocasião do que de verdadeira cooperação.

Os meios para intervir, apesar de tudo, existem. Assentam, em parte, no conjunto de programas operacionais (exclusivamente nacionais ou ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio) existentes na administração pública, bem como nos programas europeus e respectivas iniciativas comunitárias. Trata-se de um espaço difícil, exigente e para o qual são requeridas competências muito elevadas. O que, desde logo, nos releva para a situação de ser a geografia da “dinâmica” e não a geografia da “necessidade” a beneficiar destes programas. Discussão interessante, mas que deixamos para outra oportunidade.

Trabalhar assim com o financiamento destes programas pode significar a possibilidade de intervir com projectos muito bem direccionados, com um quadro de recursos interessante, de forma flexível e adaptada (ou adaptável) às circunstâncias em presença. Mas, pode também significar quase tanto esforço em burocracias (organização de dossiers, elaboração de relatórios, lançamentos contabilísticos, etc.) como no desenvolvimento das acções, restrições no tipo e na forma da intervenção e alguma “inveja” social oriunda dos sectores da sociedade que não conseguem aceder a estes programas.

Assim por alto fazemos um balanço interessante da intervenção da ADEPE – Associação para o Desenvolvimento de Peniche – ao longo dos últimos nove anos. Realizámos, e estamos a realizar, três cursos de qualificação profissional para desempregados, três cursos de Educação e Formação de Adultos (também para desempregados), um pacote muito significativos de acções de formação contínua, de actualização e reconversão profissional de activos, outro pacote de acções

S@bER +, nas áreas da informática e do inglês. Fizemos uma breve incursão também pela formação de formadores.

Tivemos um projecto de investigação na fileira das pescas (projecto MARHE), outro de estímulo do movimento associativo local (projecto Fórum Social de Peniche), um de investigação e qualificação na área dos menores em risco (projecto “O Pintarolas – Qualificar para Actuar”) que “evoluiu” para um projecto mais de intervenção com crianças e jovens e com imigrantes (projecto Maré-Alta), tivemos um projecto de revalorização social na fileira das pescas (projecto Istmo) e estamos agora fortemente envolvidos com um outro de estímulo do empreendedorismo (“Oeste Empreendedor – da qualificação à coesão”). Apenas para referir os que aqui nos parecem mais relevantes.

Uma avaliação global disto tudo não há. Uma estratégia concertada de intervenção também não. Sente-se mesmo que a comunidade está um pouco desapontada. Esperava mais! Esperava que contribuíssemos para a construção da expansão do porto de pesca, para a requalificação da hotelaria, para a construção da marina de recreio, para a construção de uma incubadora de empresas, para a construção de um centro tecnológico, para a recuperação do Forte de S. João Baptista na Berlenga, etc., etc. Pois, mas essa não é, no contexto político-administrativo português, a vocação de uma associação de desenvolvimento local (ADL). Grandes obras, que requerem grandes financiamentos, são geridas pela Administração Pública e, no essencial, acabam por não responder aos problemas das pessoas.

Dão muito nas vistas, mas não mudam o que é importante: a capacidade das pessoas e das organizações em serem competitivas, em inovar, em aprender continuamente em quererem fazer sempre melhor. Isso não vai lá com betão. Não “dá” votos, não vem em nenhum manual e nem os investigadores e a academia disto gostam (ou pelo menos costumam) falar.

Afinal, aqui tem sido sempre mais fácil sonhar, ou pensar, ou propor... do que fazer!

As condições de trabalho de uma ADL não são, assim, nada fáceis. Desde logo, não há mecanismos para a sua sustentação tranquila. Em Portugal inexistem soluções comuns noutros países da União Europeia, que passa pela contratualização entre o Estado e as ADL para a prestação de serviços para os quais estas estão mais vocacionadas. Também não tem sido prática a deslocalização da gestão de fundos públicos para estas estruturas.

Cá, as associações têm de fazer conforme o Estado impõe (nos programas que põe à sua disposição), conforme conseguem mobilizar recursos internos ou então recorrendo a programas (muito limitados no tempo) que lhe permitam variar a intervenção. Naturalmente que assim a intervenção está muito limitada.

Mas, mesmo limitada, pode ter resultados importantes. As associações de desenvolvimento local precisam, desde logo, de uma liderança forte e dinâmica;

depois de recursos humanos altamente qualificados e motivados. É fundamental mobilizar também o conjunto da sociedade civil em torno da associação e montar um projecto credível, mobilizador. Entendida como uma empresa que busca por resultados e sabe para onde vai, pode uma associação contribuir fortemente para qualificar os cidadãos e mudar a comunidade. Mas, aqui também, é bem mais fácil de dizer do que fazer...